

Aprovado em 05/07/2023 10:00:00  
CDH/MR

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, MINORIAS E IGUALDADE RACIAL**

**REQUERIMENTO N° \_\_\_\_\_ DE 2023**  
**(da Sra. Luizianne Lins)**

Requer a realização de audiência pública para discutir propostas de políticas públicas e defesa dos direitos das mulheres quilombolas do Brasil.

Requeiro, com base do Artigo 32, inciso VIII, do Regimento Interno desta Casa, a realização, pela Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial, de audiência pública para discutir propostas de políticas públicas e defesa dos direitos das mulheres quilombolas do Brasil.

Para tanto solicitamos que sejam convidados representantes das seguintes instituições:

- Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ);
- Coletivo de Mulheres Quilombolas da CONAQ;
- Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania;
- Ministério da Igualdade Racial;
- Ministério da Cultura/Fundação Cultural Palmares;
- Observatório de Direitos Humanos do Conselho Nacional de Justiça;
- Conselho Nacional de Direitos Humanos.



Aprovado em 05/05/2023 10:00:00  
Assinado por Luizianne Lins

## JUSTIFICATIVA

Entendendo que a luta quilombola existe e resiste a partir da fundamental participação feminina, é necessário fortalecer o enfrentamento à violência contra as mulheres quilombolas, à desigualdade racial, social, de gênero, geração e etnia, e a defesa de seus territórios.

Conforme nos explica Cecilia Godoi, integrante do coletivo Cabelaço e mestra em Educação, Culturas e Identidades pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE): “Nas formas de organização de resistências, as mulheres tiveram participação efetiva nos quilombos, mas por conta dos processos mais globais que vivemos de invisibilidade das mulheres, até quando começamos a contar a história, o patriarcado só honra a existência e história dos homens. Mas o que eu vejo é que é impossível afirmar que as mulheres ficaram em uma posição secundária nesse processo, porque elas também estavam submetidas ao sistema escravocrata e estavam na resistência”.

Dessa forma, percebendo os territórios quilombolas como espaços de (re) criação permanente de culturas, afetos, sociabilidades e lutas políticas que oferecem alternativas a modelos econômicos e políticos predatórios e, além disso, percebendo o valor histórico do protagonismo das mulheres nesses espaços, proponho essa Audiência Pública da Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial. Certa de contar com a concordância de meus pares sobre a relevância do tema, submeto o presente requerimento.

Sala das Comissões, 17 de maio de 2023.

**Deputada Luizianne Lins  
PT/CE**



\* C D 2 3 4 8 0 5 7 3 9 4 0 0 \*